



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CMA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar e investigar os atos que deram origem ao decreto nº 12.407, DE 5 de junho de 2024, que "cria o Refúgio de Vida Silvestre do Sauim-de-Coleira localizado no Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas".

Proponho para a audiência a presença dos representantes das dez comunidades que vivem na região e que, pela legislação vigente, deveriam ser ouvidos para a criação da Área de Proteção Ambiental que daria origem ao refúgio citado. Proponho também a presença dos responsáveis pelo Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade, ICMBIO que supostamente promoveram na quinta feira, dia 2 de maio de 2024, uma consulta pública para discussão da proposta de criação do referido Refúgio da Vida Silvestre do Sauim de Coleira, numa área de 15, 2 mil hectares localizada na vida do Novo Remanso, igualmente no município de Itacoatiara/ AM.

JUSTIFICAÇÃO

A vontade do legislador brasileiro em relação à proteção ao meio ambiente está marcada na Constituição Federal através de distribuição da competência em matéria ambiental que passou a ser comum entre a União, Estados e Municípios conforme o artigo 23, que dispõe: " VI proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII preservar



floresta, a fauna e a flora". Restou, além disto, forte no artigo 225, que o bem ambiental é bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, assegurando o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos. Portanto, a natureza jurídica do bem ambiental é bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, criando um terceiro gênero de bem que não é público e muito menos privado. Agora cabe ao Estado (poder público) como à sociedade civil (coletividade) o dever de preservar os bens ambientais.

Analisando o parágrafo 1º, do artigo 225 da Constituição Federal, verifica-se que para assegurar a efetividade desse direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado na forma do disposto no inciso I, deste parágrafo, compete ao Poder Público preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas. Também é responsabilidade do Poder Pública exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ao meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental a que se dará publicidade (inciso IV). Além disso, ao Poder Público cabe controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que compõem risco para a vida, qualidade de vida e o meio ambiente (inciso V).

O inciso IV é o inciso V desse dispositivo incluem, obrigatoriamente, a audiência das comunidades locais, tanto assim que o próprio ICMBIO reconhece a necessidade de abrir espaço para debate público e recebimento de contribuições de representantes das comunidades locais, associações, cooperativas e demais órgãos interessados.

Tudo indica, porém, que isso não foi feito e que não houve qualquer consulta, informal e muito menos formal, às comunidades afetadas pela criação da reserva. Da mesma forma, não houve consulta a autoridades locais.

Observa-se, em caráter complementar, que a constituição de reservas, tem como efeito a proibição de atividades agrícolas e a suspensão de



qualquer tipo de concessão de recursos à população para financiamento da sua própria sobrevivência.

Pelos contatos que tivemos com a população local, temos todas as indicações de que a referida consulta não foi feita. Por esse motivo - e sem mencionar sequer o hiperdimensionamento da área de reserva, equivale a 15 mil campos de futebol - requerê-lo a referida audiência pública, para verificar se os requisitos constitucionais e legais foram preenchidos.

Para evitar despesas, uma vez que o deslocamento para a região é custoso e serão incômodo trazer representantes de todas as comunidades para o Distrito Federal, propomos que a audiência pública da Comissão de Meio Ambiente ocorra na própria região de Novo Remanso, Itacoatiara, Amazonas.

Sala da Comissão, 5 de julho de 2024.

Senador Plínio Valério
(PSDB - AM)

